



# SOCIEDADE E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL: PERCEPÇÕES DA POPULAÇÃO DE MARLIÉRIA SOBRE O PARQUE ESTADUAL DO RIO DOCE

Raissa Kely Ferreira da Silva<sup>1</sup>  
Igor Monte Alto Rezende<sup>2</sup>  
Renata Bernardes Faria Campos<sup>3</sup>  
Kênia Lima Dias<sup>4</sup>  
Hernani Ciro Santana<sup>5</sup>

## Políticas públicas, Legislação e Meio

### *Resumo*

O desenvolvimento socioeconômico das sociedades contemporâneas implica em inúmeros conflitos com a perspectiva de conservação ambiental. Nessas circunstâncias, o presente trabalho visa compreender a relação entre a população de Marliéria (MG) e o Parque Estadual do Rio Doce (PERD), a partir da percepção da influência do parque no desenvolvimento socioeconômico do município. Aplicou-se, para tanto, um questionário estruturado no qual os dados levantados foram, posteriormente, codificados, tabulados e permitiram uma análise descritiva. A maioria das pessoas entrevistadas vê a presença do PERD como algo que contribui de forma positiva para o desenvolvimento de Marliéria, principalmente devido o turismo ecológico, as oportunidades de emprego e o incentivo financeiro a partir do ICMS Ecológico que o município recebe. Os que percebem o parque como um problema, justificaram pelo fato de o município não poder receber novas indústrias, comércios ou está impossibilitado de expandir o seu centro urbano. Verificou-se, ainda, um conflito de interesse entre a necessidade de conservação do parque e o anseio da maior parte dos entrevistados no desenvolvimento da cidade.

**Palavras-chave:** Conflito ambiental, Marliéria, PERD, unidade de conservação.

---

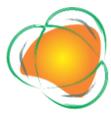
<sup>1</sup>Mestranda em Gestão Integrada do Território – GIT, Universidade Vale do Rio Doce – UNIVALE. [raissa.silva@univale.br](mailto:raissa.silva@univale.br)

<sup>2</sup>Mestrando em Gestão Integrada do Território – GIT, Universidade Vale do Rio Doce – UNIVALE. [igor.rezende@univale.br](mailto:igor.rezende@univale.br)

<sup>3</sup>Profª. Drª. Universidade Vale do Rio Doce – UNIVALE. Programa de Mestrado em Gestão Integrada do Território – GIT. [renata.campos@univale.br](mailto:renata.campos@univale.br)

<sup>4</sup>Mestre em Gestão Integrada do Território - GIT, Universidade Vale do Rio Doce – UNIVALE. [keniazayra03@hotmail.com](mailto:keniazayra03@hotmail.com)

<sup>5</sup>Prof. Dr. Universidade Vale do Rio Doce – UNIVALE. Programa de Mestrado em Gestão Integrada do Território – GIT. [hernani.santana@univale.br](mailto:hernani.santana@univale.br)



## INTRODUÇÃO

O desenvolvimento socioeconômico das sociedades contemporâneas implica em inúmeros conflitos com a perspectiva de conservação ambiental. Porto-Gonçalves (2004) aponta que o desenvolvimento é um processo de dominação da natureza, que nos afasta daquilo que é natural e nos coloca diante dos “constructos humanos” (PORTO-GONÇALVES, 2004, p. 24). Os impactos provenientes das ações antrópicas e da exploração dos recursos naturais causam sérios danos ao ambiente natural, provocando uma grande pressão sobre a biodiversidade.

Ao longo dos anos, a função das áreas protegidas tem se alterado e se tornam cada vez mais importantes para a manutenção dos serviços ambientais, aqueles benefícios fornecidos às sociedades humanas pelos sistemas ecológicos (FONSECA et al., 2010). A adoção de medidas que ajudam a conservar o ambiente depende, em larga escala, do comprometimento e do reconhecimento social dos benefícios da ação de conservação.

A criação de Unidades de Conservação (UC) tem se mostrado um mecanismo importante para garantia da sobrevivência de espécies e a manutenção da biodiversidade em biomas nativos (BENJAMIN, 2001), como é o caso do Parque Estadual do Rio Doce (PERD). O PERD foi criado em 1944, sendo a primeira área de preservação criada no Estado de Minas Gerais (SANTOS, 2015). O parque possui a maior área contínua de Mata Atlântica preservada do Estado de Minas Gerais e o terceiro maior sistema lacustre do Brasil, com aproximadamente 50 lagoas (OLIVEIRA et al. 2020). O parque possui uma área de 623.784,20 ha, uma zona de amortecimento com 128.893,36 ha e abrange 16 municípios em seu entorno, dentre eles Marliéria, o qual tem 55,08% da sua área inserido na zona de amortecimento do PERD (DIAS, 2018).

O plano de manejo do PERD estabelece as condições para uso e ocupação nas áreas adjacentes ao parque, delimitadas pela zona de amortecimento, e condiciona o desenvolvimento de parte dos municípios limítrofes às medidas de preservação definidas no plano (IEF, 2001). As definições do plano de manejo do parque influenciam significativamente o município de Marliéria, visto que a maior parte do território municipal está inscrita na zona de amortecimento do PERD. Tal fato implica em conflitos e disputas

Realização





nas regiões limítrofes do parque, que podem impactar significativamente em sua preservação.

Nessas circunstâncias, o presente trabalho visa contribuir para a compreensão da relação entre a população de Marliéria e o PERD, a partir da percepção da influência do parque no desenvolvimento socioeconômico do município e os possíveis benefícios e entraves sensíveis a partir de uma perspectiva dos moradores.

## METODOLOGIA

Marliéria é um município mineiro localizado na mesorregião do Vale do Rio Doce, com população de 4.592 habitantes distribuídos em um território de 545,813 km<sup>2</sup> (IBGE, 2022), na qual 55,08% está inserido na zona de amortecimento do PERD (DIAS, 2018), conforme demonstrado na Figura 1. O município apresenta uma renda média mensal de 1,7 salários mínimos, taxa de ocupação de 13,6%, PIB per capita de R\$ 12.033,91, sendo que 91,8% das receitas do município são oriundas de fontes externas, e apresenta um IDH de 0,657 (IBGE, 2023).

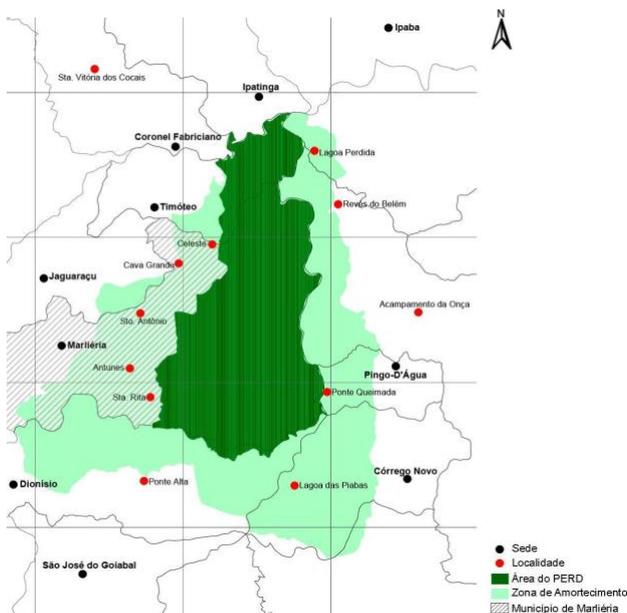


Figura 1. Delimitação e Zona de Amortecimento do PERD. Fonte: Adaptado pelos autores de IEF (2001)

Realização



Para a verificação da percepção dos moradores do município de Marliéria quanto aos aspectos relativos ao desenvolvimento da cidade e sua relação com o PERD, foram utilizados dados de um *survey* abrangendo um universo de 1.244 domicílios, nível de confiança de 95,0% e margem de erro a 5,0%, chegou-se ao quantitativo de 290 pessoas entrevistadas que foram representantes de cada domicílio. O projeto de pesquisa foi submetido e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Vale do Rio Doce (CEP- UNIVALE) em abril de 2018, parecer número 2.573.682. Assim, aplicou-se um questionário estruturado no qual os dados levantados foram, posteriormente, codificados, tabulados e permitiram uma análise descritiva a partir de uma amostragem aleatória simples, excluída a reposição.

$$E = z_{\alpha/2} \sqrt{\frac{p \cdot q}{n}} \sqrt{\frac{N-n}{N-1}} \quad \text{onde:}$$

$N$  → tamanho da população;

$n$  → tamanho da amostra;

$p = 0,5$  → assegurado valor máximo para a amostra;

$q = 0,5$  → assegurado valor máximo para a amostra;

$z_{\alpha/2}$  → valor crítico que separa os valores das estatísticas amostrais prováveis de ocorrerem dos valores pouco prováveis. Ele delimitará uma fronteira vertical de uma área  $\alpha/2$  na cauda direita da distribuição normal padronizada. Considerando um nível de confiança de 95% tem-se que  $z_{\alpha/2}$  é igual a 1,96;

$\sqrt{\frac{N-n}{N-1}}$  → fator de correção para população finita.

Ressalta-se que, do total de 290 entrevistados, 61 (21,0%) pessoas eram residentes do município de Marliéria, 92 (31,7%) residiam em comunidades rurais próximas e 137 (47,2%) domiciliados no distrito de Cava Grande.

Realização



## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Do sexo masculino totalizou-se 51,7% pessoas e 48,3% do sexo feminino, com idades que variavam de 17 a 88 anos e nível de escolaridade distribuídos da seguinte forma: 53,8% com diploma máximo de Nível Fundamental, 20,7% com Ensino Médio completo e 9,3% com Ensino Superior.

Considerada uma das perguntas norteadoras do processo de compreensão da opinião dos moradores de Marliéria acerca do PERD, apenas 5,9% dos entrevistados entendem que o parque prejudica a cidade, sendo que 61,7% afirmaram o contrário, ou seja, que ele colabora para o desenvolvimento do município. Além disso, 85,0% das dessas pessoas responderam que o parque não acarreta problemas ao município e, dentre as 11,8% pessoas que disseram o contrário, as principais problemáticas estão relacionadas ao impedimento para a instalação de indústrias, as fiscalizações ocorridas no entorno, a presença de animais nas proximidades, os obstáculos para o crescimento urbano, a ocorrências de doenças e a caça e pesca feitas de forma ilegal.

Questionados aos entrevistados se eles acreditavam que o PERD possibilita a geração de empregos para os moradores do município de Marliéria, 77,2% dos entrevistados responderam que sim, outros 17,2% responderam que não e 5,2% não souberam responder. Desta forma, percebe-se que em relação à contribuição do parque para o desenvolvimento da cidade, esse fator também está relacionado. A geração de empregos, o turismo ecológico que contribui para a economia local e o incentivo financeiro, ICMS Ecológico que Marliéria recebe pela conservação do PERD, também foram citados como benefícios e pontos positivos na manutenção do parque. Ainda quanto ao ICMS Ecológico, o gráfico abaixo aponta a opinião dos entrevistados, numa escala de 1 a 5, onde 1 eles entendem que o recurso recebido pelo município é pouco importante e 5 que ele é de extrema importância.

### Realização

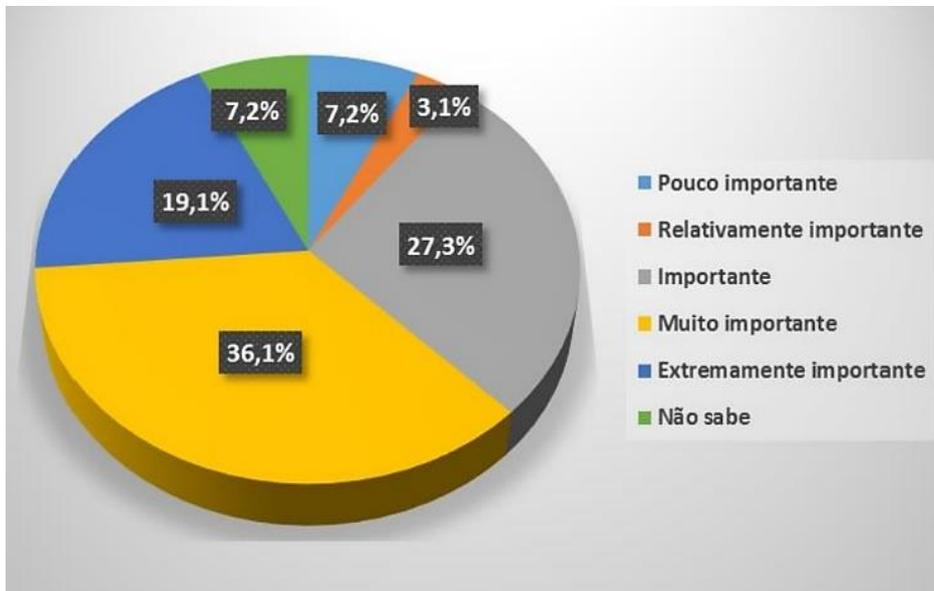
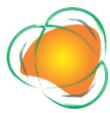


Figura 2. Opinião dos entrevistados acerca da importância do ICMS Ecológico que Marliéria recebe devido ao PERD. Fonte: Elaboração própria. Dados de pesquisa de campo, 2018.

Diante disso, observa-se que em se tratando de desenvolvimento, os fatores mais relevantes citados pelos entrevistados são de cunho econômico e financeiro. Contudo, 90,7% dos entrevistados responderam que sim ao serem questionados se faltava algo para a cidade de Marliéria ser um município desenvolvido e, como mencionado nas problemáticas anteriormente, aqui surge novamente a necessidade de geração de empregos, novas indústrias e empresas para a localidade.

Neste contexto, em que compreende-se que o aumento das possibilidades de novos empregos se relacionam com a instalação de setores produtivos industriais, estabelece-se um conflito de interesse entre a unidade de conservação e o capital. Esse conflito revela um afastamento da relação homem-natureza que passa a entendê-la como um entrave ao crescimento e a expansão econômico-financeiro. Além disso, corrobora com a ideia de Raffestin (1993) uma vez que passa a compreender o meio ambiente como matéria, no qual o valor matéria meio ambiente puramente deixa de existir e é transformado em recurso financeiro devido ao discurso do crescimento econômico a qualquer custo.

Além disso, há prejuízo na diminuição das atividades rurais que, no contato do dia a dia de trabalho e meio ambiente, contribuem para a noção de conservação, preservação, uso adequado do solo e recursos naturais (DIEGUES, 2008).

Realização



Melo (2001), numa tese em que pesquisou a qualidade de vida das pessoas domiciliadas nas proximidades do PERD, concluiu, de fato, que houve uma queda da situação socioeconômica dos moradores locais, com déficits relacionados às infraestruturas básicas, o que corrobora com a percepção atual dos entrevistados no presente estudo.

Ademais, apesar dessa demanda do capital e de geração de empregos, por outro lado, a população entrevistada também entende a importância do parque no setor turístico da região que gera recursos e oportunidades de trabalho, como no caso dos monitores, guias, funcionários da manutenção e limpeza.

## CONCLUSÕES

Diante do exposto, conclui-se que a maioria das pessoas entrevistadas veem a presença do Parque Estadual do Rio Doce de forma positiva para o desenvolvimento do município de Marliéria (MG), na qual as principais justificativas relacionam-se ao turismo ecológico que o parque atrai, as oportunidades de emprego dentro dele e o incentivo financeiro a partir do ICMS Ecológico, que o município recebe pela presença e preservação do PERD. Os poucos entrevistados que percebem o parque como um problema para Marliéria, acreditam que, pelo fato da sua presença, o município não pode receber novas indústrias, comércios ou está impossibilitado de expandir o seu centro urbano.

Percebe-se, ainda, um conflito de interesse entre a necessidade de preservação do parque e o anseio da maior parte dos entrevistados no desenvolvimento da cidade, principalmente quando isso está relacionado ao crescimento do capital que enxerga o exploracionismo mais vantajoso que o conservacionismo, configurando uma possível situação de vulnerabilidade para o PERD.

Realização



## AGRADECIMENTOS

Ao programa de mestrado interdisciplinar em Gestão Integrada do Território da UNIVALE, à CAPES. À equipe do PERD e moradores do entorno do parque que participaram voluntariamente da pesquisa.

## REFERÊNCIAS

- ALVES, Iesmy Elisa Gomes Mifarreg. **Conflitos ambientais no Parque Estadual do Rio Doce**. Governador Valadares, 2022. 103 p. Dissertação (Mestrado em Gestão Integrada do Território) - Universidade Vale do Rio Doce, Governador Valadares, 2022. Disponível em: <https://pergamum.univale.br/pergamumweb/vinculos/000002/000002c8.pdf>. Acesso em: 25 abr. 2023.
- ANTUNES, Denise Aparecida. **Diagnóstico Climatológico Do Parque Estadual Do Rio Doce - PERD**. 2018. 140 f. Dissertação (mestrado) - Curso de Mestrado Profissional em Sustentabilidade e Tecnologia Ambiental, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais, Bambui, 2018.
- BENJAMIN, Antônio Herman. O regime brasileiro de unidades de conservação. **Revista de Direito Ambiental**, v. 21, p. 01-46, 2001.
- DIEGUES, Antônio C. **O Mito Moderno da Natureza Intocável**. Editora Hucitec, 6ª ed. São Paulo, 2008.
- FONSECA, Mônica; LAMAS, Ivana; KASECKER, Thais. O papel das unidades de conservação. **Scientific American Brasil**, v. 39, p. 18-23, 2010.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 2023. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/marlieria/panorama>. Acesso em: 19 de julho de 2023.
- IEF. Instituto Estadual de Florestas. **Plano de Manejo – P. E. do Rio Doce**. Disponível em: <<http://www.ief.mg.gov.br/component/content/article/306>> Acesso: 21 de jul. 2023.
- OLIVEIRA, B. R. et al. Land use dynamics and future scenarios of the Rio Doce State Park buffer zone, Minas Gerais, Brazil. **Environmental Monitoring and Assessment**, v. 192, p. 1-12, 2020.
- PORTO-GONÇALVES, Carlos W. **O Desafio Ambiental**. Rio de Janeiro, Editora Record, 2004.
- MELO, Deyse L. M. **O Parque Estadual do Rio Doce/MG e a qualidade de vida da população de seu entorno**. 2001. Tese (Doutorado). Programa de Pós- Graduação em Economia Doméstica, da Universidade Federal de Viçosa. Viçosa, 2001.

Realização



RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Editora Ática, 1993.

SANTOS, Elisangela Maria Barbosa. **O parque e a estrada**: conservação e desenvolvimento na história do Parque Estadual do Rio Doce (1944-1993). 2015. 319 p. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015. Disponível em: <<https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/BUOSB9CHC2>>. Acesso em: 21 jul. 2023.

Realização

